

O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio do Ensino a Distância em Angola

Américo Custódio Hungulo *

ORCID iD

<https://orcid.org/0000-0002-8326-0865>

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar o impacto económico, histórico-social do reconhecimento tardio do ensino a distância em Angola. A sua importância, garante aos estudantes o acesso a diferentes níveis e tipos de educação e formação de qualidade tendo em conta as vantagens e desvantagens. Esta investigação permitiu explicar e compreender o percurso de avanços e retrocessos do reconhecimento do ensino a distância em Angola. A metodologia empregue é de nível exploratório, descriptivo e explicativo. Os limites e benefícios desta modalidade possibilitou identificar fatores que determinaram o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC's), seguido das ações didáticas. Concluiu-se que o impacto do reconhecimento e valorização do (EaD) em Angola é uma mais-valia para o enriquecimento da formação do sujeito para um enquadramento de ofertas de programas de educação que atendem com equidade e qualidade às necessidades do desenvolvimento económico, histórico-social, político e cultural do país.

PALAVRAS – CHAVES

Ensino a distância, Impacto Econômico e Histórico-Social, Reconhecimento de estudos, Angola.

El impacto histórico-económico y social del reconocimiento tardío de la educación a distancia en Angola

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar el impacto económico, histórico y social del tardío reconocimiento de la educación a distancia en Angola. Su importancia garantiza el acceso de los estudiantes a diferentes niveles y tipos de educación y formación de calidad, teniendo en cuenta las ventajas y desventajas. Esta investigación permitió explicar y comprender los avances y retrocesos de la educación a distancia en Angola. La metodología utilizada es exploratoria, descriptiva y explicativa. Los límites y beneficios de esta modalidad permitieron identificar factores que determinaron el uso de las tecnologías de la información y la comunicación (TIC), seguido de acciones didácticas. Se concluyó que el impacto del reconocimiento y valorización de la educación a distancia en Angola es un activo para el enriquecimiento de la formación del sujeto y un marco de ofertas de programas educativos que atiendan con equidad y calidad las necesidades del desarrollo económico, histórico-social, aspectos políticos y culturales del país.

PALABRAS - CLAVE

Educación a Distancia, Impacto Económico y Socio-Histórico, Reconocimiento de estudios, Angola.

* Doutorando em Psicologia do Trabalho e das Organizações na Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI-México) desde 2022. Mestre em Psicopedagogia Clínica graduado pelo Instituto de Altos Estudios Universitários Barcelona - Espanha (IAEU), Universidade de León, 2012. Licenciado em Psicologia pelo Instituto Superior de Ciências de Educação do Huambo (ISCED-HBO), Universidade Agostinho Neto - Angola, 2006. E-mail: ahungulo@gmail.com

Ocipama ci lolomboloka ndomo oku livokiya kwekambo lyolombongo volwali lwosi kwa syata oku kwatisa oku kwatisa omanu oku kwata ekalo liwa, ovisimilo vymano oku longisa omāla oco va kule lolondunge vo Ngola****

Ovipama evi vi lombolola eci ci pita lomanu poku lilongisa elimi lyokaliye, oku kongola ovina vi sangiwa valivulu oku longisa omanu oco va linge olondonge, cinema asumuluho alwa. Olondaka evi vi lekisa okuti, omanu va pondola oku kwata elombololo oku amako kwolongelo yofeka, kwenda oku kapiwa ondimbukisi yupange woku kunda volwali lwosi, ndomo ku teluluma ocitangi caco onumbi eyi, ya sunguluka kwenda ya teta onimbu. Ndomo tu pondola oku kwatisa, tu sukila oku kulihisa ekalo lyomwenyo wetu, oco tu limbuke nda tu pondola oku kwama ovoloñgo olomakina vyoku kwatsa oku sapela. Elilongiso lyaco lya syata oku kwatisa olondonge, oku kwata elomboloko lyeci olondunge vyaco vi kasi oku longisa kolosikola vyaco vo Ngola, oco k'imbibe onima yimwe yi tunda koku eca, oku longisa omanu oco v linge olondunge, ci nena asumuluho alwa, olondaka vimwe vya lombolwiwa ekalo lyopilitika, kwenda ovituwa vyofeka.

OSAP YONDAKA

Eliorngiso lyaco li lingiwavo lekwatiso lyovingungu vyasapulo, 0Uloñgo woku vetiya omanu oku kwata ovituwa viwa, ekalo lyolondonge vyokaliye kosikola yo Ngola.

1. Introdução

Angola é um país que tem passado por momentos de avanços e retrocessos de políticas educativas, que influenciaram o seu progresso positivo e afirmação no panorama regional e internacional. Este artigo ganha relevância pelo facto de que Angola, como um país em fase de consolidação do seu sistema de ensino, ter despertado para a implementação e reconhecimento de estudos a distância (Decreto presidencial nº 59/20 de 3 de Março).

Para Patrocínio (2017) as experiências e perspectivas do ensino a distância podem ser encaradas como uma estratégia positiva na contribuição para a formação do capital humano visto que a sua importância se torna cada vez mais evidente e aceite em todo o mundo. Segundo o pensamento lógico científico, o desenvolvimento tecnológico está propiciando novas formas de pensar e de discutir diferentes práticas pedagógicas nos dias de hoje, onde a escola deve promover e qualificar os estudantes em desenvolver habilidades e competências para o mundo de trabalho cada vez mais tecnológico.

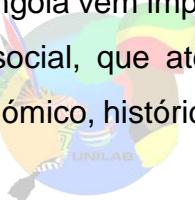
De acordo com Preti (1996), o ensino a distância deve ser compreendido como uma forma de se fazer educação, de se democratizar o conhecimento, ou seja, o conhecimento deve ser disponível para quem se dispuser a conhecê-lo, independentemente do lugar, do tempo e das rígidas estruturas formais do ensino. O EaD em Angola vem demonstrando interesse de políticas públicas educacionais que definem posicionamento, e estabelecimento de legislações específicas de incentivo a programas de EaD (Decreto presidencial nº 59/20 de 3 de Março), da regulação no subsistema de ensino superior, que

[Américo Custódio Hungulo, O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio...](#)

exige reflexões amplas e integradas quanto ao conceito de educação e tecnologia de modo a criar propostas pedagógicas que potencializam o processo educativo de construção do conhecimento necessário para que a aprendizagem não esteja ligada apenas a presença física dos estudantes nas instituições de ensino.

Segundo Filipe Zau numa entrevista ao jornal de Angola de 29 de Abril de 2020, pelas 17h:33min, quanto ao ensino à distância como recurso à carência docente e institucional referiu o seguinte: Com a problemática do confinamento, motivada pela trágica questão covid - 19, a consequente distância para o normal funcionamento do ensino presencial acabou por abrir espaço para a metodologia do ensino a distância, uma modalidade de ensino que só em (2020) passou a ser oficialmente autorizada para a docência no ensino superior em Angola, requerendo, no entanto, o uso de tecnologias educativas.

Continuando, considera que o EaD não é sinónimo de ensino por correspondência, nem é um ensino de menor qualidade, em relação ao ensino presencial, já que toda aprendizagem é antes de mais auto - aprendizagem. O impacto do reconhecimento e valorização do ensino a distância em Angola vem impulsionar o sujeito em continuar com a sua formação e um enquadramento social, que atende com equidade e qualidade às necessidades do desenvolvimento económico, histórico-social, político e cultural de Angola.



2.O ensino a distância e as TICs na aprendizagem

O ensino a distância (EaD) é uma modalidade de aprendizagem que os países desenvolvidos vêm destacando ao longo dos tempos. Não é apenas uma solução paliativa para atender estudantes situados distantes geograficamente das instituições educacionais nem trata da simples transposição de conteúdos e métodos de ensino presencial para outros meios telemáticos (Almeida, 2003, p.327). Para Hack (2011) esta modalidade realiza o processo de construção do conhecimento de forma crítica, criativa e contextualizada, no momento em que o encontro presencial entre o professor e o estudante não ocorrer, promovendo a comunicação educativa através de múltiplas tecnologias.

O EaD no continente africano em particular em Angola, ainda precisa de atenção na formalização e reconhecimento como um processo de ensino e aprendizagem que vem ganhando cada vez mais espaço. Mayor (1990-1995), ex-diretor da UNESCO citado por Filipe Zau (1996), considerava na década de 90, na sua proposta de programa de ação, que África não se deveria deixar atrasar em matéria de meios tecnológicos modernos, pelo contrário deveria proceder à introdução da informática nos seus sistemas educativos.

Sublinha, que não dar a juventude africana essa possibilidade de acesso às ciências informáticas, equivalerá a criar-lhes um obstáculo de distâncias da juventude de quase todos os outros países. Segundo a linha do mesmo pensamento, quanto mais tempo levar a introdução do ensino informático nas escolas africanas, maior será o fosso que separa os países industrializados daqueles que desesperadamente procuram essa via.

O mundo caminha para a globalização e sofisticação dos meios existentes para facilitar a mão-de-obra humana porquanto o homem é produto da sociedade. De acordo com Moore e Kearsley (1996) o EaD requer a utilização de técnicas especiais, de planeamento dos cursos, de métodos institucionais e de comunicação, recorrendo a electrónica ou outra tecnologia, assim como a métodos organizacionais e administrativos específicos. Rostand (1992) exorta que “a ciência fez de nós deuses antes que merecêssemos ser homens”; conhecer tudo está aí, a vida é feita para se saber e sem o conhecimento ela não valeria apena ser vivida.

As tecnologias de informação e comunicação (TICs) concretizam a teoria e a prática educativa na vertente virtual, desempenhando um papel fundamental dos novos e velhos modos de formação. Para Harvey (2000) o acesso ao conhecimento científico e técnico sempre teve importância competitiva, mas na sociedade atual há uma renovação de interesse e de ênfase. Se trata de um conceito baseado na potencialidade das TICs para desenvolver formas de aprendizagem colaborativa através da rede.

Para Aedo, Faustino e Gungula (2009) a introdução das TICs em nossas sociedades é sinónimo de que mudanças rápidas implicam necessidades de se aprender rápido, não obstante a este equilíbrio, acha-se prioritário desenvolver seminários de capacitação e formação especializada a todo pessoal, uma vez que em muitos casos não é a falta de tecnologia de ponta que sustentam tal atraso, mas a falta de pessoal abalizado na matéria. A comunicação por internet favorece os contactos pessoais que por razões económicas, geográficas, têm problemas para aceder a aprendizagem junto com outras pessoas em comunidade. Para Alonso (2008, p.748), “as TICs, ao se estenderem a todos os âmbitos da sociedade humana, modificariam nossas percepções sobre o sócio - cultural e sobre o político - econômico, fazendo brotar uma ideologia que traz, em seu âmago, a ideia de acesso irrestrito e universal à informação, confluindo na certeza de que a digitalização, como realidade inevitável, transformará o mundo”.

Aprender através do intercâmbio com outras coletividades virtuais, facilita a aplicação dos conhecimentos adquiridos no entorno social imediato onde vivem os sujeitos

[Américo Custódio Hungulo, O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio...](#)

que aprendem. Os grupos adequadamente distribuídos, tratam a diversidade como uma janela que favorece a integração do trabalho entre disciplina e comunidades.

3.Impacto económico e histórico – social do ensino superior em Angola

No início da década de 1960, Angola não dispunha de nenhuma instituição de ensino superior no seu território. Para frequentar este nível de ensino, os estudantes tinham que se deslocar à Portugal. Santos (1970) afirma que apesar de serem atribuídas bolsas de estudos para a frequência do Ensino Superior na metrópole; na verdade esse acesso estava vedado à maioria dos angolanos por razões económicas e financeiras porque os custos relacionados com a deslocação e os mantimentos desses estudantes na metrópole afastavam a maioria dos candidatos ao Ensino Universitário o que entre “1833 e 1857” estudassem na Europa apenas 19 estudantes angolanos”.

Há muito que os colonos pediam a criação de uma instituição de ensino superior em Angola, mas a metrópole nunca acatou essa reivindicação, preferindo manter o sistema de bolsas de estudo, condicionando assim a ascensão social e as aspirações dos angolanos a cargos mais elevados na administração colonial (Pimenta, 2008). A Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação (Angola, 2001a) propôs, para o ensino superior, a melhoria da qualidade da formação ministrada, o aumento do número de vagas, a criação de incentivos à investigação, bem como a intensificação da cooperação técnica e científica.

Para o efeito, reformou a política educativa para esse subsistema de ensino, reestruturou a UAN (Universidade Agostinho Neto), criou um sistema de bolsas de estudo internas, instituiu o Ministério do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia (MESCT) (Decreto n. 2/2008, de 28 de fevereiro, do Conselho de Ministros). A procura de ensino superior, e à incapacidade de resposta por parte da universidade pública, proporcionou as condições para a proliferação do ensino superior privado no fim da década de 1990, com destaque para a Universidade Católica de Angola (UCAN), criada em 1999.

Outras instituições de ensino superior privado surgiram depois da UCAN. O aumento e a diversificação da oferta de ensino superior privado levaram a uma necessidade de reestruturação da política educativa para o ensino superior, tendo como fim sua descentralização (Angola, 2009c). Desse modo, foram criadas sete regiões académicas segundo o (Decreto-Lei n. 5, de 7 de abril 2009) (Angola, 2009a), de modo a abranger todo o território nacional.

Quadro 1: Regiões académicas existente em Angola

Regiões académicas	Províncias	Universidades
I	Luanda e Bengo	-UAN (Universidade Agostinho Neto)
II	Benguela e Quanza – Sul	-Universidade Katyavala Buíla (Benguela) - Isced (Quanza-Sul)
III	Cabinda e Zaire	Universidade 11 de Novembro (Cabinda) - Escola Superior Politécnica
IV	Lunda – Norte Lunda – Sul e Malanje	Universidade Lueji A'Nconde (Lunda-Norte) - Faculdades de agronomia, medicina e medicina veterinária (Malange) - Escola Superior Politécnica (Lunda-Sul)
V	Huambo, Bié e Moxico	Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo) - Escola Superior Politécnica nas províncias do Bié e do Moxico
VI	Huila, Namibe, Quando – Cubango e Cunene	Universidade Mandume Ya ndemufayo (Huila) - Escolas Superior Politécnicas nas províncias do Namibe, Cunene e Cuando Cubango;
VII	Uíge e Kuanza – Norte	Universidade Kimpa Vita (Uíge) - Escola Superior Politécnica (Quanza-Norte)

Fonte: Decreto-lei nº 5, de 7 de abril de 2009 (Angola, 2009a)

4.O reconhecimento tardio do ensino a distância em Angola

Entende-se que os países que optaram muito cedo nesta modalidade de ensino, demonstraram maturidade psicopedagógicas e tecnológicas para o desenvolvimento do país. Nos finais do ano de 2019, surgiu a pandemia coronavírus (Covid – 19), que obrigou o mundo na utilização das TICs para estudos, reuniões, conferências, seminários, reconhecendo-as como ferramentas de resolução de problemas que se enfrentam nos dias de hoje, e Angola não foge a regra. Para a UNESCO (1997), países em desenvolvimento, o EaD representa um meio importante para oferecer acesso ao conhecimento superior, contribuindo, portanto, decisivamente, para a expansão das oportunidades de educação, além de estabelecer maior equidade e desenvolvimento regional.

O EaD em Angola não era reconhecido desde a independência e toda governação do ex-presidente José Eduardo dos Santos que terminou o seu mandato em 2017. Com a mudança de liderança no poder em Angola, na pessoa do novo presidente da República, João Manuel Gonçalves Lourenço, depois de dois anos de governação, sabiamente numa visão estratégica – científica, promulgou no diário da República um decreto presidencial nº 59/20, do dia 3 de Março de 2020, sobre o reconhecimento, acreditação e valorização dos estudos feitos através do EaD, que a muito se esperava por angolanos formados nesta modalidade de ensino. Saudamos o presidente da República de Angola João Manuel Gonçalves Lourenço, que reconheceu e valorizou a formação do EaD, por lei e por decreto presidencial, uma modalidade que o mesmo governo poderá granjear e economizar recursos financeiros na formação e qualificação dos seus quadros.

4.1. Vantagens e desvantagens

É importante recorrer as fundamentações psicopedagógicas e tecnológicas para se poder elucidar as vantagens e desvantagens do EaD. Para (Alava 2002 p. 13) a ciência é desenvolvida, conhecida, e é estudada de diversas formas. Em seguida destacam-se as vantagens e desvantagens do EaD a saber:

Quadro 2: Vantagens e desvantagens do EaD

Ensino a distância	
Vantagens	Desvantagens
Estudo independente. Autodidatismo; Conhecimento informático; Aprendizagem de interculturalidade em online; Aprendizagem em tele – aula, debate virtual; vídeo – conferência; Aprendizagem em qualquer momento e lugar; Incentiva a criatividade e a investigação; Exige responsabilidades acrescidas, Rigoroso e exigente;	Falta do tato pedagógico; Falha na rede de internet; Não saber manusear aparelhos informáticos; Ruído na comunicação; Situações climáticas desfavoráveis á comunicação; Falta de luz elétrica; Falta de condições económicas e financeiras;

Impõe confiança nos estudos;	
Concretização dos sonhos;	

Fonte: Dados da pesquisa

Esta modalidade de ensino vem democratizando cada vez mais o acesso ao processo de ensino e aprendizagem, dando também oportunidade aquelas pessoas que por razões alheias a sua vontade e por inexistência de instituições convencionais de ensino não tenham acesso a essa mesma educação.

5. Metodologia

Nesta investigação recorremos a bibliografias, documentos, artigos científicos, revistas, jornais e decretos presidenciais, todos referentes ao ensino a distância que possibilitaram fazer um enquadramento teórico das TICs, do impacto económico, histórico – social, e do reconhecimento tardio desta modalidade de ensino em Angola, que garante o acesso a diferentes níveis de educação e formação com realce as suas vantagens e desvantagens. A metodologia empregue foi exploratória descritiva e explicativa, decorrente de uma abordagem qualitativa. As técnicas utilizadas para a recolha de informação dos dados foram a análise documental e a entrevista semiestruturada. Para Aires (2015), a entrevista é proporcionada pelos discursos enunciados pelos sujeitos. O autor, ainda realça que a análise documental se utiliza para a recolha de dados tanto em documentos oficiais quanto em documentos pessoais.

A população foram os professores e gestores institucionais do ensino superior em Angola. A amostra obedeceu a critérios de idade, localização geográfica e nível de escolaridade; obedecendo também as considerações éticas como a obtenção de consentimento de informação dos participantes, a garantia do anonimato e confidencialidade dos dados coletados. Desta investigação, participaram vinte e um (21) elementos dos quais treze (13) professores e oito (8) gestores de instituições de ensino superior, tendo em conta as regiões académicas existentes no nosso país: Universidade Agostinho Neto três (3) professores, Universidade Katyavala Buíla (Benguela) dois (2) professores, Universidade 11 de Novembro (Cabinda) um (1) professor, Universidade Lueji A'Nconde (Lunda-Norte) Um (1) professor, Universidade José Eduardo dos Santos (Huambo) dois (2) professores, Universidade Mandume Ya ndemufayo (Huíla) dois (2) professores, Universidade Kimpa Vita (Uíge) dois (2) professores. Quanto aos gestores,

participaram oito (8) gestores de Instituições de ensino superior do Huambo dois (2), Luanda dois (2), Benguela um (1), Lubango um (1), Bié um (1) e Kuando – Kubango um (1). A idade mínima foi 32 anos e a máxima foi de 60 anos. Quanto a situação geográfica, maior parte dos participantes vivem de 4km à 75km de casa para o trabalho. O nível académico dos participantes foram quatro (4) professores doutores, cinco (5) professores mestres e quatro (4) professores licenciados. Os oitos (8) gestores institucionais todos são professores doutores.

5.1. Análise dos resultados

O reconhecimento do EaD em Angola tem impactos significativos no contexto económico e social. A desmotivação do não reconhecimento de diplomas de instituições não regulamentadas, gera frustração entre os graduados, afetando sua autoestima e perspetivas de carreiras. A mudança na dinâmica familiar, também é um assunto a termos em conta pelo fato de que a necessidade de apoio familiar para o aprendizado remoto pode sobrecarregar os pais, especialmente em comunidades com menos recursos, impactando a dinâmica social e económica das famílias, o que reflete a complexidade do cenário educacional em Angola e suas implicações.

A educação é um fator crucial para a emancipação social, especialmente após a independência de Angola em 1975. Esta investigação baseou-se em documentos, decretos presidenciais, e de conversa mantida com os professores e gestores de instituições de ensino superior o que foi possível analisar o impacto económico, histórico – social do reconhecimento tardio do ensino a distância no nosso país. Com as informações obtidas dos participantes, foi possível confrontar a parte teórica na prática, fato que incluem as desigualdades no acesso, e a falta de infraestruturas e recursos tecnológicos que impedem que muitos estudantes a cessem o EaD, exacerbando as desigualdades sociais existentes.

Com o decreto presidencial nº 59/20, do dia 3 de Março de 2020, sobre o reconhecimento, acreditação e valorização dos estudos feitos através do EaD. Os professores e gestores das instituições do ensino superior consideram um ato importante e uma mais valia para o nosso país. Quanto a diversidade e inclusão deste sistema de ensino, os professores e gestores das institucionais do ensino superior corroboram dos benefícios, ou seja, das vantagens pelo fato de muitos não deixarem as suas famílias para se deslocarem em outros lugares para a sua formação. O que em muitos dos casos tem causado separação familiar. Os professores reconheceram que devem atualizar e elevar os

[Américo Custódio Hungulo, O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio...](#)

seus níveis de conhecimentos quanto as TICs fazendo cursos de superação tendo em conta a globalização das tecnologias digitais e do EaD.

Os avanços na democratização do acesso a educação, especialmente em áreas remotas é um ganho a si ter em conta. Os retrocessos, enfrentam desafios significativos, como a falta de infraestrutura tecnológica e o reconhecimento de diplomas por instituições não regulamentadas. Porém, o governo angolano esta trabalhando para implementar estratégias que melhorem a qualidade e o alcance do EaD, visando reduzir frustrações entre os estudantes. E uma dessas ações é promover a inclusão digital para os estudantes e uma formação contínua para os professores em TICs.

Economicamente, o EaD em Angola pode ampliar o acesso a educação, promovendo a qualificação da mão de obra e consequentemente, melhorando a empregabilidade. Historicamente, a implementação do EaD reflete uma adaptação às exigências contemporâneas, especialmente após a pandemia da Covid-19, que evidenciou desigualdades no acesso à educação.

Portanto, o reconhecimento tardio do ensino a distância em Angola impacta significativamente a economia e o contexto histórico-social do país, e os resultados esperados desta investigação será do aumento da inclusão educacional do reconhecimento formal do EaD que amplie o acesso à educação, especialmente em áreas remotas, reduzindo desigualdades regionais. Espera-se ainda, melhoria na qualificação profissional, onde a avaliação do EaD contribuirá para a formação de uma mão de obra mais qualificada, aumentando a empregabilidade. Com o desenvolvimento económico sustentável, prevê-se a expansão do EaD que possa impulsionar o empreendedorismo e a inovação, resultando em impactos económicos positivos a longo prazo. Esses fatores são cruciais para a transformação social e económica em Angola, sobretudo após os desafios impostos pela pandemia da covid -19. A eficácia do EaD depende de investimentos em infraestruturas e políticas sociais que abordem desigualdades existentes e que limitam seu potencial.

Conclusão

Assim, foi possível analisar e criar um marco teórico da compreensão dos avanços e recuos do reconhecimento tardio e acreditação desta modalidade de ensino na realidade angolana de modo a contribuir no crescimento e desenvolvimento sociocultural e técnico-científico de Angola.

O ensino a distância (EaD) é considerado democrático das modalidades de educação e utiliza tecnologias que podem transpor obstáculos à conquista do

Américo Custódio Hungulo, O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio...

conhecimento, que vem ampliando a concretização do ensino e da aquisição de conhecimentos. O reconhecimento dessa modalidade de ensino em Angola através de um decreto presidencial em 2020, e o avanço da melhoria das TICs, indica que o caminho para o desenvolvimento educacional em Angola está a se concretizar.

Fica registado, que embora haja avanços importantes na acreditação e legalização do EaD em Angola, ainda assim, há uma longa jornada a percorrer para que este processo de EaD venha ocupar um lugar de destaque no processo educacional a todos os níveis triunfando o preconceito de que os cursos ministrados através do EaD não tenham controlo de aprendizado e nem regulamentação adequada. A acreditação e o reconhecimento do EaD em Angola, certamente, produzirá impactos de alterações no cenário educacional, facto que poderá potencializar o sujeito para a vida em sociedade e para os novos desafios.

A influência tecnológica reorganizará valores e práticas pedagógicas necessárias para este processo. O sujeito de forma independente desenvolve sua autonomia, habilidades e aperfeiçoa sua capacidade de resolução de problemas, tomada de decisão, transformando-se num cidadão preparado para enfrentar a vida que se lhe impõe.

O impacto económico, histórico-social e cultural do reconhecimento e a valorização do EaD em Angola catapultará a adversidade de inclusão dos cidadãos na sociedade nas diversas áreas de prestação de serviço para o bem-estar social, familiar e individual às necessidades do desenvolvimento que o país impõe. Acredita-se e incentiva-se que demais pesquisadores estejam interessados em dar continuidade na investigação já que o mundo está a tornar-se cada vez mais digital, contribuindo com todo o seu saber, ampliando ás vantagens em relação as desvantagens que esta modalidade de ensino oferece.

Referências

- Aedo, R. F.; Faustino, A.; Gungula, E. W. (2009). **Introdução das tecnologias de informação e conhecimento em Angola.** O papel do professor e do estudante nessas mudanças. [Https://www.researchgate.net/publication/277843302](https://www.researchgate.net/publication/277843302). Acessado: 26 de Fevereiro de 2021. Cuba.
- Aires, L. (2015). **Paradigma qualitativo e práticas de investigação educacional.** Lisboa: Universidade Aberta. Portugal.
- Alava, S. (2002). Ciberespaço e Práticas de Formação: das Ilusões aos Usos dos Professores. In: **Ciberespaço e Formações Abertas:** Rumo a Novas Práticas Educacionais? Artmed, 2006. Brasil.

Américo Custódio Hungulo, O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio...

Almeida, Maria Elizabeth Bianconcini (2003). Educação a distância em meio digital: os novos espaços e outros tempos de aprender, ensinar e avaliar. In: **Virtual Educa**, 2003, Miami, USA. Anais. USA.

Alonso, K. M. (2008). Tecnologias da informação e comunicação e formação de professores: sobre rede e escolas. **Revista Educação e Sociedade**, v. 29, n. 104, p. 747-768. Brasil.

Angola (2020). Acreditação do Ensino a Distância e Semi – Presencial. Diário da República, Série – Nº 23: **Decreto Presidencial nº 59/20 de 3 de Março**. Angola.

Angola (2009c). Conselho de Ministros Relativo à Criação das Novas Instituições de Ensino Superior Públicas (Regiões Académicas). **Decreto n. 7, de 12 de maio de 2009**. Diário da República, I Série, n. 87, p. 1.855-1.858. Angola.

Angola (2009^a). Conselho de Ministros relativo à Organização das Regiões Académicas.

Decreto-lei n. 5, de 7 de abril de 2009. Diário da República, I Série, n. 64, p. 1.707-1.708. Angola.

Angola (2001^a). Ministério da Educação de Angola (MED). Conselho de Ministros.

Estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação (2001-2015). Luanda.

Disponível em:  http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Angola/Angola_Estrategia_Integrada_Melhoria.pdf. Acesso em: 3 de Abril de 2020. Angola.

Hack,J.R.(2011). **Introdução à educação à distância**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC.

Harvey,D. (2000): “**A Condição Pós-moderna**”, Edições Loyola. Imprensa Universitária. Brasil.

Jornal de Angola (2020). **Ensino à distância como recurso docente e institucional**.

Jornaldeangola.sapo.ao. Filipe Zau 29/04/2020. Director: Victor Silva; Director adjunto: Caetano Júnior. Angola.

Litwin, E. (2001). **Educação a Distância**: Temas para debate de uma nova agenda educativa. Artmed. Brasil.

Moore, M.K.G. (1996). **Distance education**: a systems view. Belmont (USA), Wadsworth Publishing Company. EUA.

Patrocínio, G. de A. M. (2017). **Proposição e validação de um método de Educação a Distância para o Ensino Superior em Angola**. 286. (tese de doutoramento – Universidade Cruzeiro do Sul. Brasil.

Pimenta, Fernando (2008). **Angola**: os brancos e a independência. Edições Afrontamento. Portugal.

Américo Custódio Hungulo, O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio...

Preti, O. (1996). **Educação a distância**: Uma prática educativa mediadora e emediatizada: Início e indício de um percurso. NEAD/IE-UFTM. Brasil.

Rostand, J. (1992). **Epistemologia das Ciências**. Portugal.

Santos, M. (1970). **História do ensino em Angola**. Edição dos Serviços de Educação. Angola.

Unesco (1997). “**Aprendizagem aberta e a distância: perspetivas e considerações políticas Educacionais**”, Florianópolis. Brasil.

Zau, F. (1996). Da Distância do Ensino ao Ensino a Distância. In, **Angola Informação**, Edição dos Serviços de Imprensa da Embaixada da República de Angola em Portugal. Portugal.

Recebido em: 23/02/2025

Aceito em: 24/06/2025



Para citar este texto (ABNT): HUNGULO, Américo Custódio. O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio do Ensino a Distância em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.5, nº 2, p. 251-263, jul./dez. 2025.

Para citar este texto (APA): Hungulo, Américo Custódio (jun./dez. 2025). O impacto económico e histórico-social do reconhecimento tardio do Ensino a Distância em Angola. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 5 (2): 251-263.

Njinga & Sepé: <https://revistas.unilab.edu.br/index.php/njingaesape>